

REVISTA

digital

Ano 1 – nº 3 – 1º semestre 2010

Uma publicação do Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação – ITI



CertForum completa 8 anos

Fórum da Certificação Digital chega à sua oitava
edição promovendo a tecnologia em todo o país





INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DIRETOR-PRESIDENTE
Renato da Silveira Martini

**DIRETOR DE INFRAESTRUTURA
DE CHAVES PÚBLICAS**
Maurício Augusto Coelho

**DIRETOR DE AUDITORIA,
FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO**
Pedro Paulo Lemos Machado

SEDE
ITI – Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação
SCN Quadra 4, Bloco B, Ed. Centro
Empresarial Varig, Sala 402,
4º Andar – Brasília/DF
CEP 70714-900
Fone/FAX: (61) 3424-3850
www.iti.gov.br

PRODUÇÃO
Informe Comunicação e Marketing
SRTVN Brasília Shopping, 4º andar, sala 417
Brasília-DF
Fone: (61) 2107-9300
www.informe.jor.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL – ITI
Denise Direito

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Gustavo Sousa Jr
MTb: 4079/DF

REPORTAGEM
Adriana Serrano, Gustavo Sousa Jr
e Vera Canfran

PROJETO GRÁFICO
Eduardo Gregório

DIAGRAMAÇÃO
Chica Magalhães e Cláudio Mendonça

ILUSTRAÇÕES
Kleber Sales

GRÁFICA
Gráfica Brasil

1º semestre de 2010

As matérias podem ser reproduzidas,
se mencionadas as fontes.



Sumário

Entrevista

Diretor de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino, fala sobre como a certificação ajuda nas eleições.

Pág. 10



CertForum Rio de Janeiro

Evento mostra como a certificação digital tem mudado o dia a dia de profissionais, empresas e governo. **Pág. 12**



Como obter um certificado digital

Entenda como funciona e quais os passos necessários para se adquirir um certificado.

Pág. 20

4	EMAILS	8	APLICAÇÕES
5	EDITORIAL	24	TECNOLOGIA
6	DESENVOLVIMENTO	26	ARTIGO

Mais segurança e cidadania

Publicado o Decreto que
regulamenta o novo Registro de
Identidade Civil (RIC). **Pág. 23**





Assinatura digital

*Prezados Senhores,
Recebi documento em papel com uma suposta assinatura digitalizada onde está escrito "Assinatura digital no padrão ICP-Brasil, conforme estabelecido pela MP 2.200-2/2001". A empresa que me enviou o documento com tal assinatura insiste em sua veracidade. Isso pode ser considerado documento assinado com o certificado digital? Esta assinatura é verdadeira e está nos padrões da ICP-Brasil?"*

Alexandre Magno Cola

Castelo - ES

Resposta – A ICP-Brasil trata exclusivamente do ambiente eletrônico e nunca do documento em papel. Melhor esclarecendo, não se pode falar em assinatura digital em papel, apenas em meio digital. O DOC-ICP-15, que cuida das assinaturas digitais, diz que a Assinatura Digital ICP-Brasil é assinatura eletrônica desde que esteja associada a um par de chaves criptográficas que permita identificar o signatário, seja produzida por um dispositivo seguro de criação de assinatura e que esteja vinculada ao documento eletrônico a que diz respeito, de tal modo que qualquer alteração subsequente neste seja plenamente detectável.

e-CNPJ e PJ-Múltiplo

Durante o desenvolvimento de um sistema de validação de assinatura surgiram as seguintes dúvidas:

Qual a diferença entre o e-CNPJ e PJ-Múltiplo (Nfe)? Dá para identificá-los via sistema?

As assinaturas tem o mesmo valor jurídico, mesmo que o titular do certificado não seja o representante legal da empresa?

Samuel Ramalho

Rio de Janeiro - RJ

Resposta – Do ponto de vista técnico e de aceitação, não há diferença entre os dois certificados em questão, sendo possível identificar qual certificado se trata via sistema, bastando olhar o número no campo Certificate Policies. Informamos ainda que o e-cnpj e o PJ-múltiplo possui OID (object identifier) diferentes. Via de Regra, o representante legal da empresa é definido no estatuto da mesma, porém, por meio de uma ata de reunião ou quaisquer outros instrumentos legais, outra pessoa pode ser titular de certificado de uma Empresa. Todo titular de certificado deve estar presente na hora da emissão do certificado digital.



A CERTIFICAÇÃO DIGITAL
CHEGA AO SEU TERCEIRO
CICLO: O DA MASSIFICAÇÃO

UM NOVO CICLO

Ao observar a evolução do sistema nacional de certificação digital, a ICP-Brasil, pode-se considerar que estamos num novo ciclo de tal evolução. O primeiro ciclo de nossa plataforma ICP-Brasil foi a construção das linhas básicas de uma infraestrutura. Colocando-a operacional e assim lhe possibilitando os primeiros passos. Seu segundo ciclo foi, após a constatação que se tratava já de uma infraestrutura técnica e jurídica operacional em seus detalhes, era necessário dar sentido a este esforço, e investir em aplicações. Assim sendo, era necessário utilizar a plataforma que o país investia e se esforçava em construir. O marco deste ciclo é efetivamente a profusão de aplicações no Brasil. Agora, em maio de 2010, o Brasil bateu o número expressivo de 1 bilhão de Notas Fiscais Eletrônicas emitidas por empresas e validadas pelas Autoridades tributárias. Nada mais são que documentos eletrônicos assinados digitalmente, todavia com enorme impacto na vida econômica e fiscal brasileira. Avançam no mesmo ritmo o Sped contábil e fiscal, assim avançaram as aplicações do Poder Judiciário brasileiro, o Prontuário Eletrônico do Paciente, já plenamente regulamentado pelo país, os chamados Serviços extrajudiciais, integrados ao Sistema ICP-Brasil formam já uma importante malha com pontos de presença no território nacional. Outras tantas aplicações pode o leitor encontrar listas em qualquer portal dedicado à Tecnologia da Informação e temas afins.

Os impactos das aplicações em diversos segmentos da vida nacional já lançam luz sobre o terceiro ciclo da ICP-Brasil, que então se vislumbra: a massificação. Sinal claro e evidente que marca este novo ciclo de nossa infraestrutura será o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, que recebeu recentemente o regulamento do Presidente da República pelo Decreto 7.166/2010. Além da importância estratégica e social de se ter um registro civil nacional confiável, observamos no RIC a possibilidade concreta de se ter uma identidade digital para todos os cidadãos. Embarcar um certificado digital ICP-Brasil em cada novo cartão RIC, poderá significar a adoção de uma política de massificação visando à pessoa física, facilitando a sua identificação nas transações on-line quando necessárias para dar segurança e agilidade a determinados processos.

Mas seu sucesso dependerá, como sempre ocorre, do envolvimento da sociedade brasileira. Nesse edição da Revista Digital o leitor encontrará o aprofundamento desses temas, por meio de matérias que buscam analisar a história de ICP-Brasil até o momento, mas que já traçam a maturidade da iniciativa de um novo ciclo de expansão, com novos usos e novas fronteiras.

Boa leitura! [digital](#)



BRASIL E A REVOLUÇÃO VIRTUAL

CERTIFICAÇÃO DIGITAL CRESCE 50% NO ÚLTIMO SEMESTRE

O Governo Federal revolucionou o mercado brasileiro com a emissão do certificado digital – documento eletrônico, com validade jurídica (Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001), que funciona como uma carteira virtual e permite realizar operações eletrônicas com segurança.

Para se ter uma idéia, o número de certificados digitais emitidos no Brasil aumentou 50% em apenas sete meses. Em agosto de 2009 foram emi-

tidos 45.085 certificados. Já em março deste ano, o número atingiu 105.659. Os dados são do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), responsável pela manutenção da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

O crescimento desse mercado deve-se, principalmente, à Instrução Normativa 969 da Receita Federal, de outubro de 2009, que obriga as empresas de todo o País a prestarem contas ao Fisco usando assinatura digital, como também, aos avanços

e a obrigatoriedade do documento eletrônico no Poder Judiciário Brasileiro.

O ITI já autorizou nove empresas – sete do setor público e duas do privado – a emitirem o certificado digital. São as chamadas Autoridades Certificadoras (ACs), regulamentadas pelo Comitê Gestor da IPC-Brasil. No entanto, os solicitantes dos certificados digitais também devem ter a identidade confirmada pela Autoridade de Registro (AR). Segundo o coordenador-geral de Auditoria e Fiscalização do ITI, Pedro Cardoso, o Brasil possui 37 Autoridades Certificadoras e 222 Autoridades de Registro credenciadas pela IPC-Brasil. Desde o início, em 2002, as ACs credenciadas aumentaram 370% em todo o Brasil. Já as Autoridades de Registro tiveram crescimento de 1.850%.

de 300% no número total de clientes de certificados digitais emitidos pela AC Serasa, em 2010.

Hoje, a Instrução Normativa 969 da Receita Federal se restringe a dar orientações às empresas. No futuro, a tendência é que todas as pessoas físicas e jurídicas tenham que prestar contas à Receita Federal utilizando o certificado digital.

No Poder Judiciário, os advogados para acompanhar os avanços e utilizar o Portal do Processo Eletrônico (e-STF) têm que possuir um certificado digital de forma dar autenticidade aos atos e peças processuais.

A Justiça brasileira, composta por representantes do STF, STJ, TST, TSE, STM, CNJ, CJF e CSTJ, é a primeira autoridade certificadora do Poder Judiciário no mundo. O Supremo Tribu-

De acordo com a Receita Federal, 1,4 milhão de empresas passarão a fazer a entrega de suas declarações e demonstrativos com o certificado digital.

Para emitir o certificado digital, a estrutura da ICP-Brasil possui 1.266 instalações técnicas de Autoridades de Registro em todo o País. Os espaços físicos facilitam o acesso dos solicitantes que devem ir pessoalmente para apresentar os documentos e reconhecer os dados preenchidos em uma primeira etapa pela Internet. O ITI lançou na Internet, em dezembro de 2009, um mapa para localizar as Autoridades de Registro da ICP-Brasil. (veja o tutorial sobre como consultar o mapa na pág. 22)

De acordo com a Receita Federal, 1,4 milhão de empresas passarão a fazer a entrega de suas declarações e demonstrativos com o certificado digital. As empresas, com exceção das micro e pequenas que pagam impostos pelo Simples Nacional, têm até junho deste ano para aderir. Dados do Serasa Experian mostram que 19% foram habilitadas até abril. A estimativa é de que haja o crescimento

na Receita Federal restringiu ao meio eletrônico o recebimento de seis classes de processos que lhe são submetidos: Reclamações, Ações Diretas de Inconstitucionalidade, Ações Declaratórias de Constitucionalidade, Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão, Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental e Propostas de Súmula Vinculante.

Além da celeridade processual, da redução de custos e do impacto ambiental em razão da desnecessidade de uso do papel, o e-STF vai gerar um choque de acessibilidade, já que todos terão acesso aos processos que tramitam na Suprema Corte. O secretário-geral do STF, Luciano Felício Fuck, explicou que para peticionar, o advogado precisa ter certificado digital e se credenciar, mas qualquer usuário poderá ter os autos digitalizados. Até o momento, 703 usuários já se credenciaram no portal do STF para utilizar a ferramenta eletrônica. **digital**

FERRAMENTAS A SERVIÇO DA CIDADANIA

A INTEGRAÇÃO ENTRE A GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS E A CERTIFICAÇÃO DIGITAL GERA AGILIDADE, SEGURANÇA E MAIS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO

A expansão no uso da certificação digital no Brasil tem contribuído para a convergência e interoperabilidade de diversos sistemas que dão mais agilidade e controle ao Estado e empresas, além de gerar benefícios diretos para toda a sociedade. O Gerenciamento Eletrônico de Documentos ou Gestão Eletrônica de Documentos – mais conhecido pela sigla GED – é uma dessas tecnologias que, associadas a certificados digitais, permite gerar, controlar, armazenar, compartilhar e recuperar informações existentes em documentos, de forma rápida e segura.

No âmbito do Poder Judiciário, por exemplo, gerenciar documentos é tarefa crítica. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apontam que o Brasil tem hoje 70 milhões de processos judiciais ativos, sendo que apenas 4,71% desse total estão digitalizados. Nos tribunais superiores, o índice é maior. Ainda segundo o CNJ, a meta é chegar a 90% de virtualização dos processos novos, com a oferta do conteúdo integral de 100% dos processos, até 2014. Nesse contexto, ferramentas de GED, associadas à certificação, são indispensáveis.

Para o procurador federal do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), André Garcia, a informatização dos processos no Judiciário serve não apenas para facilitar o trâmite e a armazenagem de todo o material, mas também para cumprir o que estabelece a Constituição Federal. “A Emenda nº 45 estabelece, no âmbito

judicial e administrativo, que são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Nesse sentido, a certificação digital tem papel fundamental”, enfatizou.

Estados

A administração pública é outra área que utiliza diretamente a GED, no sentido de gerar mais benefícios para o cidadão e dar mais celeridade na gestão pública. Está em implementação, no Estado do Rio de Janeiro, um sistema de GED para facilitar a tramitação de todos os processos que envolvam o governo do Estado. “Existe a iniciativa de fortalecer ações que envolvam o governo eletrônico e a certificação digital é fundamental nesse processo. Ela garantirá a autenticidade dos documentos que deixam de ser físicos e passam a ser digitais”, explicou o presidente do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Proderj), Paulo Coelho.

Para Coelho, o foco de todas as ações desenvolvidas deve ser o cidadão. “A modernização nos processos de atendimento são voltadas ao cidadão. Deste modo, estamos trabalhando na ampliação da oferta de serviços via web, em áreas como educação, saúde e segurança pública”, explicou. Nesse processo, a certificação digital oferece

a segurança necessária à prestação dos serviços, e os sistemas de GED, simplificação e agilidade no atendimento ao público.

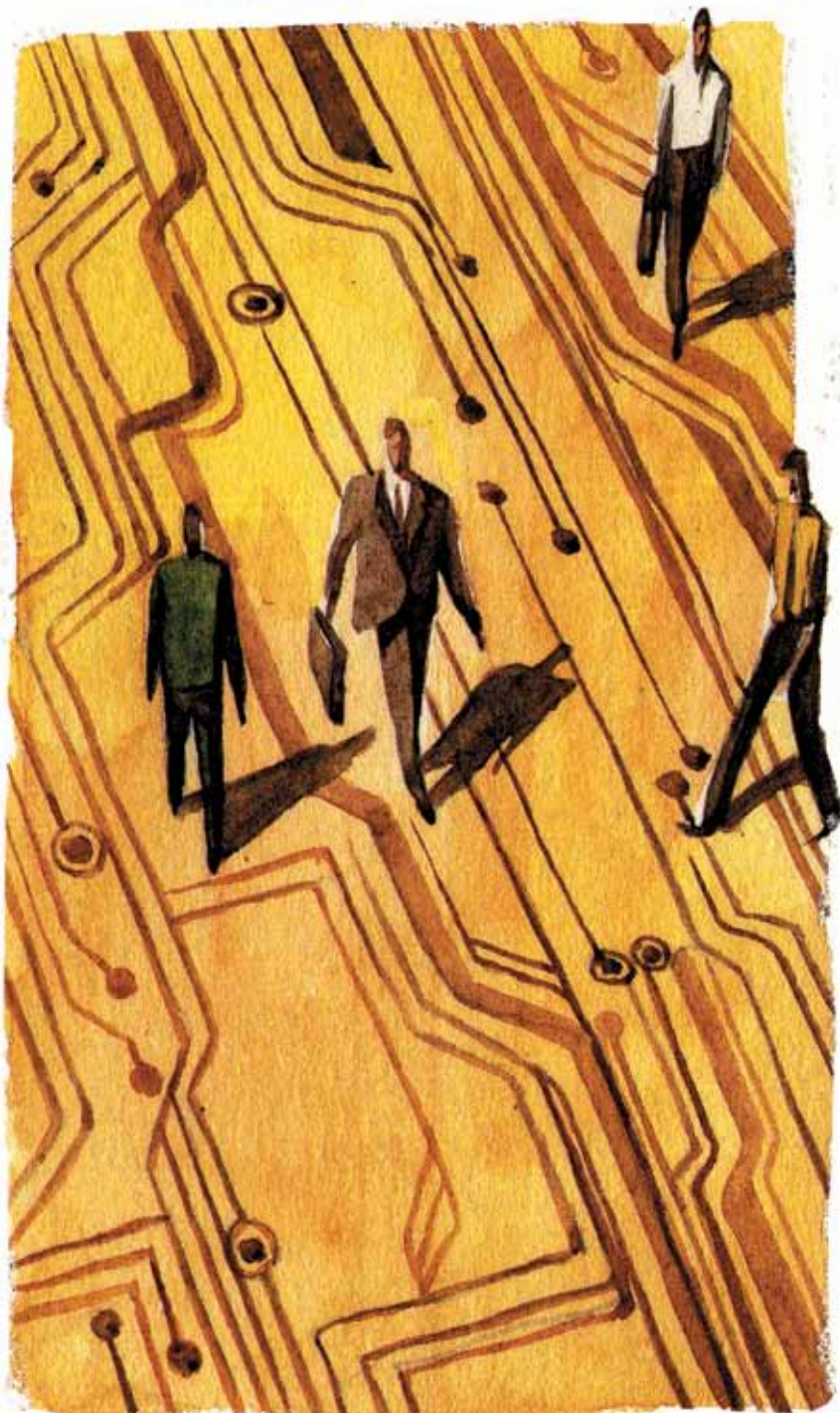
Outro Estado que começa a dar passos sólidos envolvendo o uso de sistemas de GED para gerar mais benefícios à população e melhorar a gestão pública é Pernambuco. Toda criança pernambucana nascida em uma unidade pública de saúde terá a sua certidão de nascimento antes mesmo de sair da maternidade.

Investimento

O Programa Minha Certidão foi implantado, em fase piloto, no final de 2008. Desde então, foram emitidos 2.159 documentos. O que agiliza o registro das crianças é um sistema de gestão de documentos desenvolvido pela Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI) do Governo do Estado. O sistema é o responsável pela transmissão dos dados e emissão da certidão de nascimento, antes mesmo da alta da criança. Os investimentos são da ordem de R\$ 2,4 milhões, somados os recursos do Estado e da União.

Com base nas informações fornecidas para a emissão da certidão, o Estado tem montado um banco de dados estratégico para o planejamento de ações futuras, envolvendo diversas áreas. Será possível saber quantas pessoas estão nascendo, onde, em que condições e, com isso, programar o número de vagas que serão oferecidas nas escolas, campanhas de vacinação, entre outras ações.

Segundo o Governo de Pernambuco, o sistema – que irá abranger, já em 2010, 64 municípios – será colocado à disposição de qualquer outro governo de Estado que queira se integrar. **digital**



UM VOTO DE CREDIBILIDADE

CERTIFICAÇÃO DIGITAL DESEMPENHA PAPEL FUNDAMENTAL NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

A urna eletrônica brasileira é considerada mundialmente um dos principais casos de sucesso no uso da tecnologia em prol da cidadania. Mas não é só com a urna, o mais visível componente do complexo processo eleitoral – considerando as dimensões brasileiras e seu contingente populacional –, que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desponta na vanguarda tecnológica. Em entrevista à Revista Digital, o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Giuseppe Dutra Janino, conta como o uso da certificação digital se tornou peça fundamental em cada etapa das eleições no país.

Revista Digital – *A Certificação Digital é uma garantia de segurança em diversas áreas. Em quais áreas e aplicações o TSE faz uso dessa tecnologia?*

Giuseppe Dutra Janino – Hoje temos um processo automatizado. Dentro desse processo, vários pontos de controle são feitos por meio de assinaturas digitais e pela verificação dessas assinaturas.

Os próprios softwares utilizados em todo o processo eleitoral [gerador de mídias, totalização, controle de correspondência, votação, justificativa eleitoral, apuração, utilitários e sistemas operacionais das urnas, segurança e bibliotecas-padrão e especiais], totalmente desenvolvidos no TSE, todos eles são assinados. Primeiramente, eles ficam abertos pelo período de 180 dias antes da eleição, para análise e fiscalização dos partidos políticos, da OAB e do Ministério Público. Após essa fase, eles são as-



SEBASTIÃO PEDRA

sinados com chaves padrão ICP-Brasil e lacrados. Recebem a assinatura do presidente do TSE, do procurador Geral da República, do diretor geral do TSE, do secretário de TI do TSE e dos partidos políticos. Isso gera uma assinatura única para o software que será instalado nas urnas, por exemplo. Uma cópia dessa chave, gravada em mídia não-regravável, é mantida em uma sala-cofre, dentro

do TSE. Quando a urna entra em funcionamento, confere as assinaturas que garantem a autoria do software, ou seja, que ele é original, assim como a sua integridade.

Isso permite que os próprios representantes dos partidos políticos possam verificar a autenticidade, integridade e autoria desse software em várias etapas: instalação, carga das urnas e posteriormente às eleições. Uma vez conferidas e apresentem integridade, garantem que o software está íntegro e é original.

Essa é uma das aplicações nas quais é extremamente essencial o uso de certificação digital.

A própria urna assina digitalmente os documentos por ela emitidos, como o caso do boletim de urna. Todos esses arquivos são criptografados e assinados digitalmente.

Entendemos que no nosso processo, um dos pontos de segurança, credibilidade e transparência está calcado justamente no uso dos certificados digitais.

Revista Digital – Foi publicado, no início de maio, o decreto presidencial que regulamenta o Registro de Identidade Civil, o RIC. E no processo de cadastramento biométrico para a nova identidade, o TSE é um dos principais parceiros. O senhor acredita que com a regulamentação, o processo de o cadastramento biométrico do TSE poderá ser acelerado?

Janino – Hoje somos o grande viabilizador do Projeto RIC, pois somos os captadores do grande quantitativo de cidadãos que alimentará o banco de dados do INI [Instituto Nacional de Identificação]. Já cadastramos 1 milhão registros agora [O TSE cadastrou biometricamente, neste ano, eleitores em 61 municípios]. Devemos ter mais de 13 milhões de cadastrados até 2014. Mais de 70% dos cidadãos brasileiros estão no cadastro do TSE, que é o maior cadastro da União. Temos a maior infraestrutura, com uma rede que abrange todo o território nacional, com cartórios eleitorais distribuídos em todos os estados. Realizamos com sucesso a primeira fase e estamos partindo para a segunda

fase, com a expectativa de atender a 100% do cadastro eleitoral em oito anos. Agora, tudo isso depende de investimentos. A partir da centralização e da convergência dos investimentos, esse espaço de tempo poderá ser reduzido.

Revista Digital – O RIC trará, por meio do cruzamento com os dados biométricos, a garantia da identidade do indivíduo. O senhor acredita que futuramente, com o uso de urnas biométricas, associadas ao RIC e com o uso da certificação digital, será possível o eleitor votar à distância, fora de seu domicílio eleitoral? Já existe algum projeto nesse sentido?

Janino – Uma das grandes estratégias ou formas de viabilizar o voto em trânsito é o cidadão ter o cartão inteligente, com as suas informações como eleitor. Desse modo, poderíamos assegurar que o eleitor vote uma única vez. Além disso, tiraríamos todas as informações que estão hoje confinadas em nos sistemas dos TREs, por exemplo, para serem inseridas nesses dispositivos móveis.

“A própria urna assina digitalmente os documentos por ela emitidos, como o caso do boletim de urna. Todos esses arquivos são criptografados e assinados digitalmente”

Revista Digital – Como o senhor avalia o desenvolvimento da certificação digital no país?

Janino – A Certificação digital é a base de todas as transações eletrônicas, confirmada com sucesso nas transações bancárias. Recebeu forte impacto com a aprovação da Lei 11.419/06, que institui o Processo Judicial Eletrônico. E a base do Processo Judicial Eletrônico é a assinatura digital. A maturidade desenvolvida pelo ICP-Brasil permite que utilizemos os certificados digitais dentro dos processos do judiciário. Nesse sentido, largamos na frente no processo eleitoral e, agora, ele está sendo expandido no processo jurídico em geral. [digital](#)

CERTIFICAÇÃO DIGITAL GERA BENEFÍCIOS PARA TODA A SOCIEDADE

O 8º CERTFORUM – ETAPA RIO DE JANEIRO MOSTRA QUE A CERTIFICAÇÃO DIGITAL TEM SE EXPANDIDO E APERFEIÇOADO PROCESSOS EM DIVERSOS SEGMENTOS

Rio de Janeiro – A capital fluminense recebeu, no dia 6 de maio, especialistas, empresários, acadêmicos e entusiastas da certificação digital para discutir a popularização do uso dessa tecnologia no Brasil e para conhecer as suas aplicações, tanto na administração pública quanto na iniciativa privada.

O 8º CertForum – Etapa Rio de Janeiro contou com 12 apresentações que demonstraram as várias possibilidades de utilização da certificação digital em setores como a justiça e a gestão de processos no âmbito do governo, além de apresentar um balanço sobre o crescimento na emissão dos certificados no País.

A pauta do evento incluiu, ainda, a implantação do projeto piloto do Registro de Identidade Civil (RIC), já em estudo no Rio de Janeiro. E foi justamente um fato relacionado à nova identidade que marcou o evento. O Decreto Presidencial que regulamenta o RIC foi publicado no Diário Oficial da União no mesmo dia, transformando-se no tema central da cerimônia de abertura do CertForum (leia mais sobre o RIC na página 23).

“É um projeto extremamente desafiador, com números gigantescos em um cenário de desigualdade. É impossível pensar em tecnologia da informação no século XXI sem ter uma identidade robusta. Quem não tiver identidade na sociedade



FOTOS: LUIS MACHADO

Autoridades estaduais durante a abertura da Etapa RJ do CertForum

da informação será um cidadão de segunda categoria” explicou o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Renato Martini.

A primeira mesa do dia aprofundou ainda mais a implantação do RIC. Segundo o assessor da diretoria do Instituto Nacional de Identificação (INI), Paulo Ayran, trata-se de “um projeto que resgata a cidadania com um conteúdo importante de segurança. Movimenta a questão moral, ética e econômica. É de uma importância tão grande que é difícil mensurar”.



O primeiro tema do dia foi o desenvolvimento do projeto piloto para a implantação do Registro de Identidade Civil (RIC), no Rio de Janeiro

O viés econômico é de grande relevância quando se fala da nova identidade civil. Prova disso é o interesse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em auxiliar o Governo do Rio de Janeiro no desenvolvimento de um modelo de negócios que torne o projeto auto-sustentável e mantenha o foco no cidadão. O principal objetivo é a modernização nos processos de atendimento ao cidadão, com a ampliação da oferta de serviços via web, oferecendo segurança na prestação de serviços, simplificação e agilidade no atendimento ao cidadão.

“Esse projeto envolve a seleção e incorporação de aplicações que permitam a integração direta do RIC com áreas como segurança pública, educação e saúde, por exemplo, processo no qual a certificação digital é fundamental. Um cidadão poderá chegar a uma Unidade de Pronto Atendimento e, a partir do seu RIC, ter acesso a todos os dados do seu prontuário médico”, explica o presidente do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Proderj), Paulo Coelho. A instituição é uma das responsáveis pela execução do projeto piloto no Estado.

Na avaliação do diretor de Identificação Civil do Detran do Rio de Janeiro, Luiz Antônio Abrantes Coelho, o RIC apresenta um “cenário desafiador, mas extremamente favorável para a nossa vida. É um ganho de cidadania e de segurança para todos os processos”.

Certificação

O segundo dos cinco temas abordados no 8º CertForum abordou como a certificação digital tem sido fundamental na modernização do Judiciário, não só no Estado, mas em todo o Brasil.

O defensor público Rogério dos Reis Devisate destacou como o uso de processos eletrônicos envolvendo a certificação tem contribuído para manutenção da integridade dos processos e para garantir que as partes envolvidas tenham direitos iguais no acesso às informações, além de reduzir custos e otimizar os processos. “Todos têm acesso

FOTOS: LUIS MACHADO



Eduardo Machado, da Receita Federal, apresentou o SPED

aos papéis, não se restringindo apenas a determinados escritórios de advocacia.”

Na avaliação de Devisate, “há várias vantagens ao modernizar essa área [Judiciário] usando o meio eletrônico. Na falta de um documento em um recurso judicial, por exemplo, o processo pode demorar mais tempo para ser concluído. Se algum documento sumir, por exemplo, será preciso começar do zero e o cidadão será prejudicado. Com o processo eletrônico, isso tudo acaba, pois evita o extravio.”

Os dados sobre a informatização no setor foram apresentados pelo coordenador do curso de Pós-Graduação em Direito e Tecnologia da Informação da Escola Superior de Advocacia (ESA) OAB-SP, Alexandre Atheniense. Segundo o advogado, dados do Conselho Nacional de Justiça indicam que o Brasil tem 70 milhões de processos judiciais ativos. Em três anos, já existem cerca de 3,3 milhões de processos digitais e 90% dos tribunais já implantam as petições em sistema eletrônico.

“A certificação digital ainda não chegou ao nível que desejamos. Estima-se que 100 mil advogados já utilizaram certificados digitais, mas esse número tende a crescer na medida em que os tribunais aumentem os serviços oferecidos”, avaliou Atheniense.

Para o coordenador da ESA, um fator que acaba retardando o processo é a falta de capacitação, o que acaba por gerar resistência cultural no que se refere ao uso da tecnologia. “A academia ainda não está inserida nesta realidade. As faculdades não abordam o uso de documentos eletrônicos nas práticas processuais”, alertou. O preço dos certificados também foi apontado pelo especialista como sendo um limitador no processo para a massificação da tecnologia.

Crescimento

Os avanços no uso dos certificados digitais foram destaque na mesa que reuniu o governo – com a participação do ITI e do Serpro – e a iniciativa privada – representada pela Certsign e pela Serasa Experian.

Segundo demonstrou o coordenador-geral de Auditoria e Fiscalização do ITI, Pedro Cardoso, o número de autoridades certificadoras credenciadas aumentou de dez, em 2002, para 37, em 2010. Já a quantidade de autoridades de registro, que totalizavam 12, em 2002, chegou a 222, em 2010, somando-se, ainda, as mais de 1.500 instalações técnicas que permitem o atendimento ao cidadão. Mas o número mais marcante refere-se à quantidade de certificados emitidos. Em agosto de 2009 foram 45.085 emissões, chegando a 105.659, em março de 2010.

Cardoso destacou que os desafios atuais estão no credenciamento de novos prestadores de serviço de certificação (PSC) e na oferta de novas aplicações que utilizem os certificados, o que contribuirá para popularizar ainda mais o uso dos certificados digitais.

Os especialistas concordam em um ponto: 2010 é o ano da consolidação da certificação digital no Brasil. Para o coordenador da Unidade Corporativa de Segurança do Serpro, Gilberto Netto, o Brasil está diante de um cenário onde a tecnologia está pronta para fazer face aos desafios. “A tendência é que essas aplicações cresçam cada vez mais”, analisou.

A competência brasileira e o alto nível de qualidade foram ressaltados pelo gerente de Certificação da Serasa Experian, Helder Moreira, que



Os benefícios no judiciário foram abordados por Rogério Devisate



André Garcia lembrou que a certificação agiliza processos no judiciário



Luiz Abrantes destacou os desafios no processo de implantação do RIC

citou a Receita Federal como referência mundial no uso da tecnologia. A companhia, que é parte da maior empresa do mundo na área de certificação digital, tem exportado tecnologia nacional. “Nosso desafio agora é levar a certificação digital àquele usuário que não entende, mas precisa usar e acreditar na certificação digital. Para isso, estamos atentos ao usuário, para que possamos tornar o sistema cada vez mais eficiente”.

Na avaliação da gerente de Negócios da Vertical Governo da Certisign, Cristiane Pereira, o uso da Certificação Digital não é mais uma tendência, simplesmente. A cada dia a tecnologia tomará mais espaço, substituindo as assinaturas e procurações tradicionais.

Governo

As experiências do Governo Federal no uso da certificação digital também ganharam a atenção dos participantes. A Receita Federal apresentou o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Neste caso, a certificação é parte de um processo que tem como objetivo promover a integração dos fiscos, por meio da padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, além de facilitar a identificação de ilícitos tributários.

“O sistema conta com sete serviços na área de escrituração contábil, todos baseados no conceito de ‘documentos eletrônicos’, com arquivos assinados digitalmente por certificação digital, em substituição aos documentos tradicionais”, explicou o auditor fiscal e supervisor de Desenvolvimento do Projeto SPED, Eduardo Machado.

A parte da SPED mais visível é a nota fiscal eletrônica, já adotada por 600 mil empresas em todo o País. Entre os benefícios gerados está a redução de gastos. Até 6 de abril deste ano, foram emitidas 900.567.300 notas fiscais eletrônicas, com valor total de R\$ 29.566.118.881.410,26. Em uma estimativa aproximada, esse volume corresponde à economia de 3,7 bilhões de folhas de papel.

LUIS MACHADO



Especialistas de entidades públicas e privadas apresentaram o desenvolvimento que a Certificação Digital vem tendo no Brasil

E no que se refere ao controle, o sistema eletrônico contribui não só na redução de custos, mas é importante ferramenta no combate à sonegação. “Mas não se iludam. A Receita não está fazendo isso tudo porque é boazinha, mas porque tem como tarefa fazer com que todos paguem os impostos”, brincou o auditor.

“Mesmo com o processo todo eletrônico, ainda existe o fator cultural. As pessoas ainda imprimem alguns documentos, ainda que não seja necessário”

Januário Flores
coordenador-geral do SCDP

Outros casos de sucesso no âmbito do Governo Federal envolvendo o uso de certificação digital são o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e o ComprasNet, por meio do qual são feitas as compras públicas.

Segundo destacou o coordenador-geral do SCDP, Januário Flores, antes do uso da tecnologia de certificação, “os processos mais simples de viagens tinham, em média, 20 páginas que eram reproduzidas por vários setores. Em 2009, foram

1 milhão de viagens”. Atualmente todos os processos são eletrônicos, contribuindo também na economia de recursos.

Flores ressaltou, entretanto, que algumas barreiras ainda precisam ser quebradas. “Mesmo com o processo todo eletrônico, ainda existe o fator cultural. As pessoas ainda imprimem alguns documentos, ainda que não seja necessário”.

No que se refere ao ComprasNet, já foram emitidos 13.692 certificados para empresas fornecedoras do Governo Federal. A expectativa é chegar a 50 mil certificados.

Formação

A necessidade de capacitação e a difusão do conhecimento sobre questões relacionadas à tecnologia da informação são fundamentais, não só na popularização do uso da certificação digital, mas também na redução das desigualdades sociais em todo o Brasil.

O 8º CertForum apresentou, ainda, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC) do ITI, que oferece, atualmente, mais de 270 cursos à distância, em 2.204 cidades brasileiras. Segundo o coordenador do CDTC, Djalma Valois, o projeto já beneficiou 67.988 pessoas em todo o País.

DIVULGAÇÃO



A terceira edição do CertForum passa a discutir a formação de novas competências para o desenvolvimento da área de Certificação Digital

Oito anos promovendo a Certificação Digital em todo o Brasil

Quarta-feira, 9 de julho de 2003. Naquele dia era lançado pelo Instituto Nacional da Tecnologia da Informação (ITI), em Brasília, o I Fórum de Certificação, Privacidade e Segurança da Informação. Seu objetivo: construir conjuntamente um modelo de Certificação Digital para o Brasil, além de promover a nova tecnologia em todo o País.

Naquela ocasião, o Fórum foi realizado em duas partes. A primeira etapa, eletrônica, contou com a participação de palestrantes, moderadores e da sociedade civil, resultando na publicação de 52 trabalhos, divididos em 11 temas. Tudo foi disponibilizado em ambiente virtual. A segunda etapa foi presencial, realizada de 7 a 9 de outubro, também em Brasília. As questões suscitadas na fase eletrônica nortearam os debates.

A análise dos temas apresentados, naquela primeira versão do evento, indicam uma fase pautada pela avaliação do modelo de ICP – infraestrutura de chaves públicas - que estava sendo implementado no Brasil. Além de preocupações relacionadas a interoperabilidade do sistema e a questões voltadas a identificação inequívoca e a validade legal das ações praticadas com o certificados da ICP-Brasil. Naquele momento, a única aplicação plenamente operacional era o Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP).

No ano seguinte, a segunda edição do Fórum reunia importantes passos na utilização da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Foi publicada em 19 de outubro de 2004 a Resolução CJF nº 397, que estabeleceu as dire-

DIVULGAÇÃO



Autoridades participantes da 4ª edição do CertForum

trizes para implantação da Certificação Digital no Conselho de Justiça Federal e na Justiça Federal de 1º e 2º grau. O mesmo documento criou, ainda, a Autoridade Certificadora (AC) do Sistema Justiça Federal, formada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e tribunais regionais, com poderes para garantir a integridade, autenticidade e validade jurídica de documentos eletrônicos.

Em seu terceiro ano, o Fórum de Certificação Digital – ou, simplesmente, CertForum – já reúne questões mais amplas, que abordam as aplicações e tecnologias voltadas ao setor. E traz uma novidade. Entra em pauta a discussões mais focadas na formação de novas competências para a área de Certificação Digital.

2006 foi marcado pela expansão do CertForum. Com o crescimento do interesse pelo tema da certificação digital e a demanda para que fossem realizados fóruns específicos em outras cidades, são realizadas duas fases preparatórias, uma no Recife e outra em Porto Alegre. Segundo declarou o presidente do ITI, Renato Martini, naquela ocasião, o evento havia praticamente dobrado de tamanho em relação ao ano anterior.

O 5º CertForum rompe as fronteiras. A programação inclui painel internacional “Espanha – casos de sucesso”. A Espanha deu início ao seu processo de certificação digital em 2002 e hoje faz uso da tecnologia em diversas ações, como trâmites judiciais e até mesmo em carteiras profissionais.

VANILSON COIMBRA



Mesa de abertura da etapa paulista do encontro, em 2009

O CertForum chega a 2008 com o objetivo de aproximar os produtores de soluções de certificação digital de seus consumidores. A sexta edição do encontro tem como foco o setor privado. Na programação são apresentados casos de sucesso como a implantação do sistema de Nota Fiscal Eletrônica, o prontuário eletrônico do paciente assinado digitalmente, a comprovação de envio por meio eletrônico de contratos de financiamento, a importância do hardware criptográfico na solução do Sistema Brasileiro de Pagamentos e a apólice digital.

Em 2009, o CertForum consolida sua abrangência nacional, com os tradicionais eventos realizados em Brasília e São Paulo, e com outros três encontros regionalizados – Rio de Janeiro, Belém e Porto Alegre –, focados na necessidade dos públicos locais.

Esse sétimo ano do evento é marcado pela realização conjunta do Encontro Nacional de Identificação, promovido pelo Ministério da Justiça e pela Polícia Federal para debater e apresentar o Projeto RIC – Registro de Identidade Civil. Segundo explica o próprio presidente do ITI, Renato Martini, a certificação digital alcança novo patamar de maturidade, com a expansão do tema para os conceitos de gerenciamento do ciclo de vida do documento eletrônico e da desmaterialização de processos.



DIVULGAÇÃO

O CertForum foi realizado pela primeira vez na capital de Pernambuco, mostrando experiências das regiões Norte e Nordeste

Etapa pernambucana do 8º CertForum reúne experiências do Norte e Nordeste

Recife – A terra do maracatu e do bolo de rolo recebeu pela primeira vez, em 20 de maio, uma etapa do CertForum, evento realizado pelo ITI em parceria com a Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI). Pernambuco, por meio da Secretaria da Fazenda, foi o primeiro Estado a utilizar certificado digital nos livros fiscais do contribuinte, dispensando a emissão de livro em papel.

“Recife fazer parte do roteiro do CertForum é resultado do reconhecimento da região como utilizadora e promotora do uso da certificação digital”, declarou o chefe de Sistemas e Dados da Controladoria do Estado de Pernambuco, Marcelo Lima.

Mas a programação do evento não ficou restrita à experiência pernambucana no uso da certificação digital. Os participantes puderam conhecer como o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) ganhou mais modernidade e celeridade com o uso da certificação digital.

De acordo com o analista de sistema e diretor dos Sistemas Judiciários do TJRO, Luciano de Souza Côrtes, atualmente acórdãos, despachos, sentenças, mandados, contra-mandados, alvarás e até mesmo habeas corpus são assinados com a nova tecnologia.

A Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação (Emgetis) apresentou o Sistema para Gestão Eletrônica de Documentos e Processos – e-Doc Sergipe. “O e-Doc Sergipe, junto com a certificação digital, promove a mudança do elemento físico pelo eletrônico, pois há uma virtualização dos processos que, em Sergipe, já acontece também no âmbito do poder executivo”, explicou o presidente da Emgetis, Ulisses Benedito de Paula. O executivo ressalta, ainda, o benefício gerado com o sistema, como a “redução de custo em função da integração virtual das secretarias, resultado do menor uso de papel, tinta e transporte”. **digital**

POR TRÁS DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL

ENTENDA COMO FUNCIONA ESSE SISTEMA QUE CONQUISTA MAIS ESPAÇO A CADA DIA



Desde que a Internet começou a se difundir no Brasil em escala comercial, em 1995, não só os usuários comuns, mas empresas, governos e instituições passaram a utilizar a rede mundial como forma de interação, inclusive, comercial. Nesse novo cenário, tornou-se necessário garantir autenticidade, expressar concordância ou declarar responsabilidades, trazendo para o universo virtual, recursos utilizados há décadas de forma tangível.

Nesse contexto, a certificação desempenha papel fundamental, assim como a assinatura digital.

Do ponto de vista técnico, um certificado digital da ICP-Brasil se fundamenta na criptografia de chave pública (ou assimétrica) e é formado por um conjunto de atributos de identificação, incluindo ainda a chave

pública correspondente à chave privada gerada. No meio de armazenamento do certificado, além deste, é gravado a privada, que não faz parte do certificado, mas é utilizada para criação da assinatura digital.

Em comparação com a criptografia de chave pública, a criptografia simétrica utiliza apenas uma chave tanto para cifrar como para decifrar um conteúdo digital. É mais rápida que a criptografia assimétrica, mas o campo de aplicação de cada uma é bem definido. Em muitas situações a criptografia simétrica é utilizada em conjunto com a criptografia de chave pública, como é o caso das conexões baseadas em SSL ou TLS. Neste caso a criptografia de chave pública é usada para a negociação da chave simétrica de sessão.

Cuidados ao se utilizar a certificação digital

O certificado digital representa a “identidade” da pessoa no mundo virtual. Assim, é necessária a adoção de alguns cuidados para se evitar que outra pessoa, possa fechar contratos ou negócios e realizar transações bancárias em nome do titular do certificado. Confira algumas recomendações para o uso de um certificado digital:

- A senha de acesso da chave privada e a própria chave privada não devem ser compartilhadas com ninguém;
- Caso o computador onde foi gerado o par de chaves criptográficas seja compartilhado com diversos usuários, não é recomendável o armazenamento da chave privada no disco rígido, pois todos os usuários terão acesso a ela, sendo melhor o armazenamento em disquete, smart card ou token;
- Caso a chave privada esteja armazenada no disco rígido de algum computador, deve-se protegê-lo de acesso não-autorizado, mantendo-o fisicamente seguro. Nunca deixe a sala aberta quando sair e deixar o computador ligado. Utilize um protetor de tela com senha. Cuidado com os vírus, eles podem danificar sua chave privada;
- Caso o software de geração do par de chaves permita optar entre ter ou não uma senha para proteger a chave privada, recomenda-se a escolha pelo acesso por meio de senha. Não usar uma senha significa que qualquer pessoa que tiver acesso ao computador poderá se passar pelo titular da chave privada, assinando contratos e movimentando contas bancárias. Em geral, é bem mais fácil usar uma senha do que proteger um computador fisicamente;
- Utilize uma senha longa, intercalando letras e números, uma vez que existem programas com a função de desvendar senhas. Deve-se evitar o uso de dados pessoais. A senha nunca deve ser anotada, sendo recomendável sua memorização.

As chaves assimétricas, logicamente relacionadas, são utilizadas em pares: uma privada e uma pública. Nesse esquema, uma pessoa ou uma organização pode utilizar a chave privada para codificar e disponibilizar a chave pública em repositório de livre acesso. Este procedimento é observado na criação da assinatura digital. A chave privada, como observado no próprio nome, deve ser mantida em sigilo e na posse do seu proprietário.

O certificado digital, que é semelhante a um documento de identificação digital, com atributos de identificação do seu titular: número do registro civil, chave pública e outros. Estas informações são validadas e ratificadas pela assinatura digital da Autoridade Certificadora que o emitiu, seguindo os requisitos de segurança especificados da Política de Certificado aprovada para aquela Autoridade Certificadora. A partir da validação do certificado digital, a parte interessada obtém a certeza de estar interagindo com a pessoa ou com a entidade desejada.

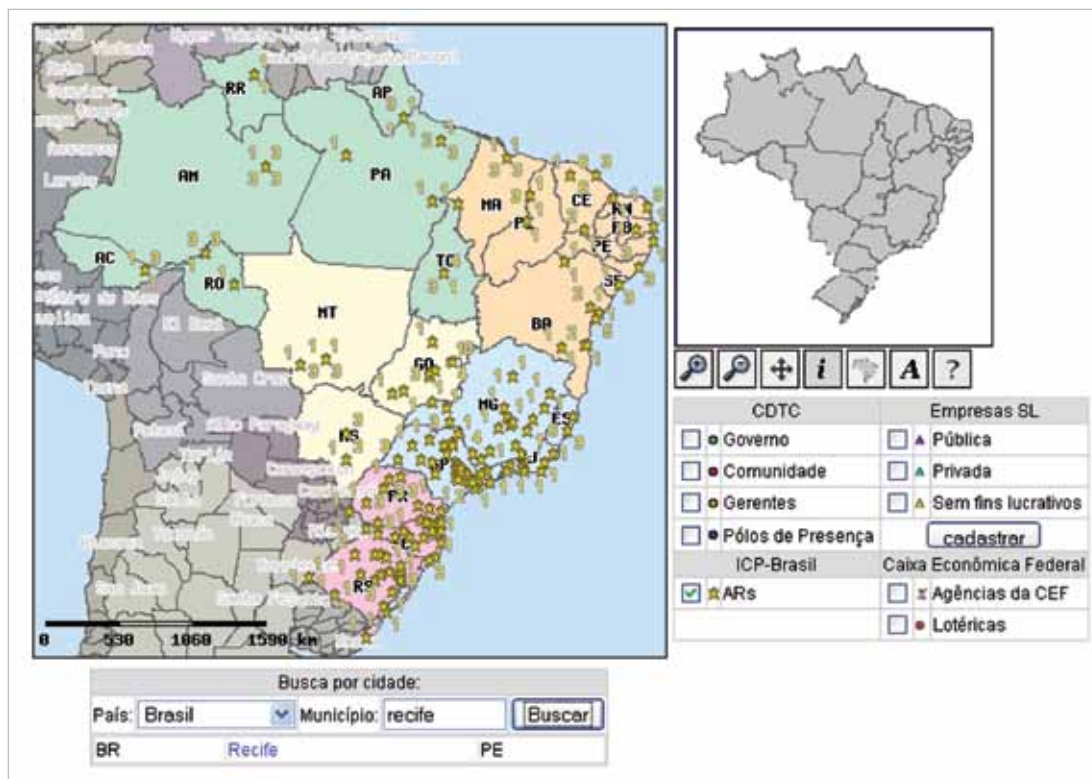
Para que possa ser aceito e utilizado por pessoas, empresas e governos, os certificados digitais precisam ser emitidos por entidades apropriadas. Sendo

assim, o primeiro passo é procurar uma Autoridade Certificadora (AC) ou uma Autoridade de Registro (AR) para obter um certificado digital. A AC tem a função de gerar o certificado digital, com as informações de identificação validadas e conferidas pela AR. A confirmação dos dados de identificação é realizada de maneira presencial nas instalações da AR.

É conveniente que cada nação conte com uma Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP), isto é, um conjunto de políticas, padrões adotados, recursos humanos e segurança. O Brasil conta com a ICP-Brasil, cuja criação e finalidade estão definidas na MP-2.200-2.

A ICP-Brasil opera em uma arquitetura hierárquica onde a AC-Raiz, instituição que credencia e gera as chaves das ACs de primeiro nível, também regulamenta as atividades de cada uma e fiscaliza as atividades das ACs integrantes. A AC-Raiz está implantada no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). A ICP-Brasil tem nove ACs credenciadas de primeiro nível.

Para mais detalhes sobre o funcionamento da certificação digital, visite: <http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/PerguntasFrequentes>. [digital](#)



Sistema auxilia na busca da Autoridade de Registro mais próxima

O Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC) desenvolveu um mapa que auxiliar todos aqueles que desejam adquirir um certificado digital a localizar a Autoridade de Registro mais próxima. O processo é simples. Acompanhe cada passo:

1. Acesse o endereço <http://mapa.cdtc.org.br/web/view/theme/html/mostra.php> e clique na caixa ao lado de ARs, no campo ICP-Brasil, na parte inferior direita da tela;
2. Posteriormente, clique no quinto ícone da esquerda para a direita (com o desenho do mapa brasileiro), logo acima do campo onde se lê CDTC, também na parte inferior direita da tela. Ao posicionar o cursor sobre o ícone, o texto "Normalizar mapa" é exibido;
3. No campo Busca por cidade, localizada na parte inferior da tela, digite a cidade que desejar e clique em "Buscar";
4. Clique no nome da cidade exibido no campo abaixo. O mapa irá mostrar a localização de todas as ARs na região da cidade pesquisada. Ao clicar sobre a AR no mapa, uma relação completa, com dados como endereço e telefone é aberta. [digital](#)

UM IMPORTANTE PASSO PARA A CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL PUBLICA DECRETO QUE IMPLEMENTA O REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL



AGÊNCIA BRASIL

O novo modelo de identidade, apresentado à população, trará mais informações e recursos de segurança que dificultarão fraudes e falsificações

O cidadão brasileiro está mais perto de ter um documento que o identifique de forma singular e com validade para todo o território nacional. A nova identidade civil do brasileiro facilitará o acesso às informações e bancos de dados governamentais, bem como terá mais agilidade nas ações cotidianas que demandam identificação. O Diário Oficial da União trouxe, em sua edição de 6 de maio, o Decreto nº 7.166, que regulamenta o novo modelo de identificação pessoal, batizado como Registro de Identidade Civil ou, simplesmente, RIC.

O ato normativo, assinado pelo Presidente da República, cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil (SNRIC), que tem como objetivo implementar o Número Único do RIC e o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil (CNRIC). E institui, também, o Comitê Gestor que atuará na implantação e definição das questões envolvendo a nova identificação.

Segundo o decreto, o SNRIC definirá, ainda, os critérios de implementação, manutenção e controle do Registro, além de sua operacionalização.



A coleta dos dados necessários para a gestão da nova identidade e do Cadastro Nacional fica, também, sob responsabilidade do SNRIC.

O Ministério da Justiça será o órgão responsável pela coordenação do RIC, mas terá o auxílio de um Comitê Gestor composto pelo Ministério da Defesa, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Casa Civil da Presidência da República e o pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

O Comitê Gestor será encarregado pela definição das regras do funcionamento, pela disseminação do sistema e pela coordenação do SNRIC. Também disponibilizará os procedimentos sobre a implementação, operacionalização, controle e aperfeiçoamento do RIC, do SNRIC e do CNRIC.

Formato

As características do cartão do RIC, inclusive os aspectos tecnológicos envolvidos, também serão definidas pelo Comitê Gestor.

O RIC será composto, basicamente, por um número de dez dígitos que valerá para todo território nacional, esse número será gerado a partir da coleta da impressão digital – biometria – do cidadão. Como se sabe as digitais são únicas para cada pessoa, ou seja, não existem duas iguais entre os seres humanos, isso põe fim ao sistema em vigor desde 1903, no qual um mesmo cidadão podia ter 27 diferentes números de carteira de identidade, um emitido em cada unidade da federação. Com isso, o RIC evitará a duplicidade de identificações e dificultará as fraudes que envolvem o uso de documentos roubados ou falsificados.

Caberá ao Comitê Gestor detalhar o formato físico do cartão de identificação pessoal, mas as primeiras indicações apontam para a eliminação do papel que dará lugar ao policarbonato, mesmo material do qual são fabricados os cartões de crédito. Com durabilidade mínima de dez anos, cada cartão trará um chip, onde ficarão

Rio de Janeiro será o primeiro Estado a implementar o RIC

Os cariocas serão os primeiros cidadãos no Brasil a fazer uso do RIC. Um projeto piloto coordenado pela Casa Civil do governo fluminense, que envolve o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Proderj), o Detran – que é o órgão responsável pela emissão das identidades naquele Estado – e a Casa da Moeda do Brasil, está sendo estudado desde abril deste ano. O Estado foi escolhido por contar com condições técnicas que favorecem o processo de implantação do novo sistema.

Segundo o presidente da Proderj, Paulo Coelho, “o governo fluminense já tem uma Autoridade Certificadora [AC Proderj], que emite certificados digitais um requisito imprescindível para o projeto. Temos também um nível elevado de informatização pública no estado, além do Detran possuir processo de captura de dados biométrico com 7 milhões de pessoas já cadastradas nesse sistema”.

A expectativa é que, ainda em 2010, seja feita a emissão de 1 milhão de identidades já no modelo RIC.

“Um piloto no Rio de Janeiro fará com que a implantação seja mais rápida em outros estados e mostrará a todos o que é o RIC. Essa experiência será muito importante para que todos possam aprender, pois não há literatura, não há série histórica e não há registros anteriores”, avaliou o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Renato Martini.



LUIS MACHADO

Paulo Ayran: “o RIC é um projeto que resgata a cidadania”

armazenadas as informações biográficas e biométricas da pessoa, bem como um certificado digital que identificará o cidadão no mundo virtual.

“Há 107 anos que se trabalha em um modelo de identificação que sempre deu certo, mas o que oferecemos agora é um modelo de vanguarda. Um documento seguro, que vem acompanhado de tecnologia, que vem com chip e que vai oportunizar mais segurança e cidadania também no mundo virtual”, explicou o assessor da diretoria do Instituto Nacional de Identificação (INI) Paulo Ayran.

Implementação

O prazo para implantação do projeto em todo o País é de dez anos. Cada Estado terá autonomia para fazer o seu projeto e a União dará apoio técnico e financeiro às unidades da Federação que tenham dificuldade para realizar a compra desses sistemas.

A implementação do RIC não compromete a validade dos documentos de identificação já existentes, de modo que o recadastramento dos cidadãos será feito de acordo com planejamento prévio e conforme capacidade instalada em cada estado. E por se tratar de uma identificação única, cuja base é centralizada e compartilhada por todos os órgãos públicos, basta recadastrar-se uma única vez. Isto poderá acelerar ainda mais o processo. Somente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – parceiro estratégico na execução do projeto – recadastrou biometricamente, em 2010, os eleitores de 61 municípios brasileiros. Com isso, o Ministério da Justiça pretende ter 150 milhões de brasileiros incluídos no RIC até 2017.

A íntegra do decreto que regulamenta o RIC está disponível na Internet, no endereço www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7166.htm.

A CERTIFICAÇÃO DIGITAL
E A INTERNET ABRIRAM
AS FRONTEIRAS.



DIVULGAÇÃO

A GRANDE REVOLUÇÃO

A Certificação Digital promoveu uma revolução no segmento contábil e jurídico nacional. Como profissional da contabilidade, desde 2001, quando surgiu a ICP-Brasil e as primeiras Autoridades de Registro, sou usuário de um dos principais serviços que fazem uso dessa tecnologia, o da Receita Federal. Hoje um profissional da contabilidade que não tenha uma Certificação Digital, que não use esse certificado para acessar a Receita Federal, por exemplo, não está preparado para o futuro.

O contador antigamente esperava receber papéis de seus clientes. Hoje, com os certificados digitais, o cliente já manda os documentos digitalizados, desmaterializados. Com isso, temos a possibilidade de fazer uma auditoria prévia do que as fontes pagadoras estão informando, o que é muito importante. A Certificação Digital fará com que, no futuro, muitos contribuintes não caiam na malha fiscal ou sejam chamados a prestar esclarecimentos.

A Receita disponibiliza para todos os contribuintes que tenham Certificado Digital, um serviço chamado e-CAC. O profissional da contabilidade que tiver conhecimento dos inúmeros benefícios do e-CAC, verá que o custo-benefício será muito compensador. Esse sistema evitará erros que, em sua grande maioria, referem-se às divergências de informação, entre o que a fonte pagadora ou instituição financeira informou e o que foi incluído na Declaração. Anteriormente, para resolver isso, o acesso era muito difícil. Tinha que fazer procuração,

enfrentar fila, pegar senha. Com a Certificação Digital, a gente quebrou essa barreira. Por meio da Internet essas informações podem ser acessadas com segurança e com respaldo legal. Essa auditoria prévia, utilizando a Certificação Digital, é uma inovação no segmento dos profissionais da contabilidade, que vai dar mais garantia e segurança para o contribuinte entregar as informações e para evitar que ele caia na malha fina. Com o uso dessa ferramenta, com certeza isso vai diminuir bastante.

Na área do judiciário, a Certificação Digital também tem se mostrado importante ferramenta no auxílio do profissional. Como perito judicial, faço uso da Certificação para protocolar laudos periciais na Justiça. Eu gero um documento eletrônico e, com a Certificação Digital, faço a petição no judiciário. É como se eu tivesse pegado um documento em papel, entrado em um protocolo do Fórum e recebido um carimbo. Só que agora, todo esse processo é totalmente digital. Faço perícias para diversas cidades sem a necessidade de me deslocar até lá. A gente não precisa mais fixar o trabalho em uma só cidade. A Certificação Digital e a internet abriram as fronteiras. Você pode prestar serviço para várias cidades no país, pois o documento eletrônico, assinado com a Certificação Digital, tem validade jurídica. Isso é uma revolução muito grande.

Nivaldo Cleto é profissional da área de contabilidade, vogal da Junta Comercial do Estado de São Paulo e perito Judicial pelas Varas do Trabalho, Federal e Cível do Estado de São Paulo.



CENTRO DE DIFUSÃO
DE TECNOLOGIA E
CONHECIMENTO

Cursos Gratuitos de
Software Livre para
Servidores Públicos,
Projetos Sociais,
Telecentros e
Cidadãos interessados.

<http://www.cdtc.org.br>
gestor@cdtc.org.br (61)34243883



